

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO: UM ESTUDO NA ARGENTINA E NO BRASIL

Carla Vasconcelos Lôbo¹
Marilene Batista da Cruz Nascimento²

GT6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

RESUMO

Este artigo tem como objetivos identificar políticas públicas de combate à discriminação e violência contra as pessoas LGBTQIA na Argentina, relacionando-as com as políticas vigentes no Brasil. Trata-se de uma pesquisa teórica, de cunho bibliográfico. O movimento LGBTQIA começou com a luta contra a repressão dos atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo e obteve várias conquistas no mundo ao longo das décadas. A Argentina foi a primeiro país latino-americano a ter uma Lei de Matrimônio Igualitário, em 2002, e sua Lei de Identidade de Gênero é considerada uma das mais avançadas do mundo. As primeiras conquistas legais no país ocorreram a partir de 2010 quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou favorável a União Estável Homoafetiva. A discriminação e a violência persistem em ambos os países, mas é preciso visualizar os avanços que aconteceram e o reconhecimento mundial dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA.

Palavras-chave: Políticas públicas. Pessoas LGBTQIA. Argentina. Brasil.

ABSTRACT

This article aims to identify public policies to combat discrimination and violence against LGBTQIA people in Argentina, relating them to policies in force in Brazil. This is a theoretical research, of a bibliographic nature. The LGBTQIA movement started with the fight against repression of sexual acts between people of the same sex and obtained several achievements in the world over the decades. Argentina was the first Latin American country to have an Egalitarian Marriage Law in 2002, and its Gender Identity Law is considered one of the most advanced in the world. The first significant achievements of Brazil occurred only after 2010 when the Supreme Court ruled in favor of homosexual common-law marriage. The discrimination and the violence persist in both countries, but we must view the progress and the global recognition of LGBTQIA human rights.

Keywords: Public policies. People LGCTQIA. Argentina. Brazil.

¹ Pós-graduada em Direitos Humanos, Compromisso e Seguridade Social. Bacharel em Direito pela Universidade Tirantes. Graduanda em Letras Inglês pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <vas.lobo.celos@hotmail.com>

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestra em Educação pela Universidade Tirantes. Professora da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora da Linha de Pesquisa Iniciação à Pesquisa Científica na Educação Superior do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/Unit/CNPq). E-mail: <nascimentolene@yahoo.com.br>.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda as políticas de combate à violência e à discriminação contra pessoas LGBTQIA³ na Argentina e no Brasil. Trata-se de uma análise das legislações da Argentina (considerado um país vanguardista ao buscar garantir os direitos das pessoas LGBTQIA), comparando-a com medidas tomadas pelo Brasil para enfrentar a homofobia, a lesbofobia, a transfobia e as demais formas de ódio disseminadas que categorizam indivíduos pela sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A intolerância a diversidade sexual conduz a discriminação e a violência. De acordo com o último Relatório de Violência Homofóbica no Brasil, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, em 2013⁴, 251 homicídios de pessoas LGBTQIA foram por motivos homofóbicos. 4.368 homossexuais foram assassinados no Brasil entre 1980 e 2013⁵ em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero, crimes brutais que são caracterizados por impunidade.

A América do Sul, apesar de sua proximidade geográfica e semelhanças históricas de exploração, apresenta graus diferentes no desenvolvimento de políticas de combate à violência e discriminação às pessoas LGBTQIA. A Argentina foi a primeiro país latino-americano a ter uma Lei de Matrimônio Igualitário, em 2002, e sua Lei de Identidade de Gênero é considerada uma das mais avançadas do mundo. O Chile somente retirou a sodomia do Código Penal como crime em 1999. No Brasil e na Colômbia, as Cortes Constitucionais reconheceram aos casais homoafetivos a condição de entidades familiares em 2010 e 2011, respectivamente.

Crianças e adolescentes sofrem com discriminação e preconceito tanto por parte de colegas, quanto de professores e diretores de escolas. Estudo realizado pela Organização

3 “Na história do Movimento Gay já se utilizou o termo “gays e lésbicas” para agrupar diversas minorias sexuais e, mais recentemente, a sigla LGBT, para incluir os bissexuais e transgêneros, a nova vanguarda quer uma abreviação abrangente [...]. Parte da solução é acrescentar letras à sigla, e a bandeira dos direitos pós-pós-pós-gays tem ficado mais longa ou frouxa, para alguns. A sigla que tem se empregado na história recente do movimento é LGBTQIA. A mesma letra pode designar diferentes coisas. Na sequência podemos encontrar, Lésbicas, Bissexuais, Bigêneros, Transexuais, Travestis, Transgêneros, o ‘Q’ pode ser de ‘questionador’ ou de ‘queer’ (bicha), termo que foi pejorativo até sua apropriação por ativistas gays, nos anos 90. ‘I’ é de ‘intersexos’. E o ‘A’ simboliza tanto ‘aliado’ (simpatizante) como ‘assexuado’” (SCHULMAN, 2013, não paginado apud OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2013, p. 2-3).

⁴ Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

⁵ GUIA AGENTES DA CIDADANIA LGBT. Curitiba: Centro Paranaense de Cidadania. 2015. p. 22.

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁶ detectou que em 501 escolas 80% dos alunos gostariam de manter algum tipo de distanciamento de pessoas com necessidades especiais, homossexuais, pobres e negros. 17,4% relataram ter conhecimento de alunos vítimas de *bullying* devido à sua orientação sexual.

Dentro desse contexto, fruto de discriminação enraizada na sociedade, questiona-se: que políticas públicas tornaram a Argentina referência na proteção dos direitos de pessoas LGBTQIA? Quais as políticas públicas de combate à violência e à discriminação LGBTQIA foram criadas no Brasil?

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo: identificar políticas públicas de combate à discriminação e violência contra a pessoa LGBTQIA na Argentina, relacionando-as com as políticas vigentes no Brasil.

Justifica-se a pesquisa, teórica e de cunho bibliográfico, a crescente violência e popularidade de discursos de ódio LGBTQIA veiculado nos mais diversos meios de comunicação. Vivemos uma situação político-social onde há a naturalização da discriminação baseada na liberdade de expressão. Rever processos históricos de lutas e implementação de programas que colaborem com a diminuição das violações de direitos LGBTQIA, bem como direitos fundamentais da pessoa humana em realidades político-sociais semelhantes a do Brasil pode permitir entender mais sobre nosso momento político e que ações devem ser tomadas para a minimização de efeitos.

OS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA NA ARGENTINA E AS POLÍTICAS

Os direitos LGBTQIA foram conquistados com luta e organização social. O início da estigmatização da sexualidade pode ser datada na Grécia Antiga, quando os filósofos, que colocaram a razão sobre a emoção, consideraram as atividades praticadas pelo prazer como inferiores, irrelevantes. Os gregos não criminalizaram a homofobia, mas foi com base na primazia da razão sobre a emoção de Platão e influência judaica que São Paulo incorpora na religião cristã a proibição dos atos sexuais sem fins procriativos. Na Europa, com o declínio das sociedades clássicas, Grécia e Roma, a aceitação da homossexualidade se perdeu no tempo e foram alimentadas a concepção cristã de que seria pecado antinatural.

O desdobramento da condenação da homossexualidade pela igreja católica foi a transformação em crime e eventualmente em doença. Foi tratado como doença no Brasil e

⁶ Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265por.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2016.

confirmado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como transtorno sexual. Somente em 1990, a 43ª Assembleia Geral da OMS retirou a homossexualidade da lista de doenças.

O movimento LGBTQIA começou como uma luta contra a repressão dos atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Esse movimento foi organizado, principalmente, na Alemanha a partir de 1850 e chegou a ser criado um Instituto para o Estudo da Sexualidade, mas foi depredado pelos nazistas, que queimaram 10.000 livros, fotografias e arquivos em praça pública. Durante o Holocausto, dezenas de milhares de homossexuais foram executados nos campos de concentração, e somente depois da 2ª Guerra Mundial ressurgiram os movimentos LGBTQIA.

Em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos encontram-se diversos direitos que poderiam se relacionar com a comunidade LGBT.

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Artigo 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. [...] Artigo 3º Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. [...] Artigo 5º Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. [...] Artigo 7º Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. [...] Artigo 12º Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei. (ONU, 1948, não paginado).

Assim, pelos motivos citados, a sexualidade não foi abarcada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A homoafetividade ainda criminalizada em diversos países e considerada como transtorno mundialmente, não permitia o reconhecimento dos direitos LGBTQIA. Apesar de sua característica intrinsecamente humana não foram reconhecidos imediatamente como fundamentais no mundo.

Na Argentina, o movimento LGBTQIA organizado surgiu em 1969, durante um período ditatorial, havendo a criação da Frente de Liberación Homosexual (FLH) em 1971, o que resultou, frente as correntes políticas e nova ditadura, na perseguição e morte de cerca de 400 homossexuais que passaram a ser tratados como inimigos do Estado. A Argentina sofreu com a nova ditadura militar de 1976 a 1983 quando a luta pelos direitos LGBTQIA foi

massacrada até a primeira grande conquista do movimento com a promulgação da Lei Federal 23.592, em 1988, que dispõe penas para quem impedir o exercício de direitos e garantias fundamentais.

O primeiro órgão governamental destinado a propor políticas para a comunidade LGBTQIA na Argentina surgiu em 1995, o Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI). Mesmo com o aparente desenvolvimento a passos lentos, com a pressão da sociedade civil organizada a Lei de União Civil na jurisdição da Cidade Autônoma de Buenos Aires foi aprovada em 2002. A Lei 1.004 foi a primeira da América Latina, seguida de outras cidades argentinas que promulgaram leis semelhantes.

De 2003 a 2013 se percebeu a atenção do Estado Argentino voltada a causa LGBTQIA. Através de memorandos de entendimento derivados da Conferência Internacional contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas Conexas de Intolerância que aconteceu em Durban, em 2001, o país firmou compromisso com a ONU e delineou o Plano Nacional contra a Discriminação⁷, determinando que o INADI seria responsável pela a coordenação e execução das propostas do plano. Entre a apresentação dos problemas descobertos através de estudos, entrevistas, coletas de sugestões e visitas no interior do país foram desenvolvidas dez propostas.

O Estado Argentino e o movimento LGBT se uniram para firmar uma agenda de ações voltadas para as sugestões do plano que propunha a sanção de lei nacional de União Civil para casais homossexuais, a adequação dos documentos de identidade à percepção de gênero declarada pelo cidadão e atenção médica que respeitasse a orientação sexual e a identidade de gênero do paciente⁸.

Em 2010, foi aprovada a Lei de Matrimônio Igualitário, depois de 3 anos de gestação, enquanto o movimento pleiteava na frente jurídica. Foram modificados artigos no Código Civil Argentino para a acomodar a nova política de matrimônio, tornando-se um país vanguardista na proteção dos direitos dos homossexuais.

O artigo 42 da Lei do Matrimônio Igualitário, que estabelece a aplicação da norma, determina que “as famílias cuja origem seja um matrimônio constituído por duas pessoas do mesmo sexo, assim como aquelas constituídas por pessoas de sexo diferente, terão os mesmos direitos e obrigações”, e que nenhuma norma do ordenamento jurídico argentino pode

⁷ Cf. Hacia un plan nacional contra la discriminación: la discriminación en Argentina. Buenos Aires: INADI, 2005, p. 165.

⁸ MUNDO AFORA. Políticas de combate à violência e à discriminação contra pessoas LGBT. Brasília: Ministério das Relações exteriores, Itamaraty: 2015.

ser interpretada ou aplicada no sentido de limitar, restringir, excluir ou suprimir o exercício dos mesmos direitos e obrigações para ambos os tipos de casal – entre os quais estão o direito à adoção, à herança e demais direitos sucessórios, ao recebimento de pensões por falecimento e a outras disposições relativas à seguridade social. (BRASIL, 2015, p. 44-45).

A Lei de Identidade de Gênero foi gerada através da advocacy da Federación Argentina de Gays, Lésbicas, Transexuais e Bissexuais (FALGBT) e da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros da Argentina (ATTTA) frente aos parlamentares e sua contínua busca nas vias judiciais para a garantias desse direito. A lei 26.743/2012 garante a retificação do registro civil, inclusive do menor de 18 anos por meio dos seus representantes legais, proíbe a exigência de cirurgia, terapia hormonal ou psicológica e viabiliza o acesso aos tratamentos de redesignação de sexo.

Art. 1º Derecho a la identidad de género. Toda persona tiene derecho: a) Al reconocimiento de su identidad de género; b) Al libre desarrollo de su persona conforme a su identidad de género; c) A ser tratada de acuerdo con su identidad de género y, en particular, a ser identificada de ese modo en los instrumentos que acreditan su identidad respecto de el/los nombre/s de pila, imagen y sexo con los que allí es registrada. (ARGENTINA, 2012, não paginado).

Apesar de uma legislação avançada numa análise global, a Argentina ainda enfrenta a forte discriminação contra a comunidade LGBTQIA⁹. Entidades governamentais e movimentos da sociedade civil se dispõem agora ao Plano Nacional de Proteção dos Direitos LGBTQIA com vistas a fortalecer as políticas já criadas e viabilizar novos meio garantidores desses direitos. Fora da esfera governamental a FALGBT lançou, na segunda edição do Plano de Cidadania LGBT, propostas de políticas públicas para as três esferas de poderes do país, Executivo, Legislativo e Judiciário e para os diferentes níveis de governo.

No âmbito Judiciário, o foco das sugestões está no acesso à justiça e no gozo das garantias constitucionais com igualdade de condições. Em análise ao plano, a 12ª edição da Coleção Mundo Afora, do Ministério das Relações Exteriores, propõe:

[...] no âmbito do Executivo, propõe-se, por exemplo, a criação de uma Secretaria Nacional para a Cidadania LGBT. No que tange ao Legislativo, a FALGBT sugere, entre outras providências, nova lei contra discriminação; legislação que garanta renda mínima para pessoas trans com mais de 35 anos, “en consideración de la profunda vulneración histórica de derechos a la que fueron sometidas/ os”; incorporação, ao calendário escolar, de datas comemorativas do movimento LGBT; sanção de lei garantindo tratamento

⁹ MOURATIAN, Pedro. Mapa Nacional da la Discriminación 2013. Buenos Aires. INADI, 2013, p.30.

não discriminatório à população LGBT em temas relativos à doação de sangue²¹; e a criação da figura legal de “união convivencial”, para assegurar direitos de casais não casados. (BRASIL, 2015, p. 48-49).

Além dos planos em debate, as campanhas de conscientização encabeçadas pelas associações, coletivos, órgãos governamentais através de cartilhas são importantes para o combate ao preconceito residual, não atingido pelas leis. A exemplo da campanha “+Inclusión, sin Bullying” que promovia a conscientização sobre a homofobia na escola e o site “Chau Tabú¹⁰” de iniciativa do governo da Cidade de Buenos Aires, voltado a esclarecer dúvidas dos adolescentes e jovens sobre sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual e outros aspectos da sexualidade, sendo possível, inclusive, enviar dúvidas para serem respondidas por especialistas.

PONTOS E CONTRAPONTO DAS POLÍTICAS NO BRASIL

O Brasil enfrentou a ditadura militar em período similar ao da Argentina e os traços dos movimentos LGBTQIA também aparecerem na década de 1970. Com muito mais influência religiosa, desde o período colonial, o Brasil demonstra ser desafio de séculos e ainda atual superar o fundamentalismo religioso e a intolerância com a população LGBTQIA, condenando as relações homoafetivas. A frente parlamentar evangélica prolifera a condenação e marginalização das pessoas LGBTQIA.

Todos têm liberdade de crença, desde que não se imponham desproporcionalmente sobre os direitos de outros. O mesmo ocorre com a liberdade de expressão empregada para disseminar discursos de ódio. Mendes (2010), em um momento raro de lucidez frente aos direitos humanos afirma que “[não] se pode atribuir primazia absoluta à liberdade de expressão, no contexto de uma sociedade pluralista, em face de valores outros como os da igualdade e da dignidade humana¹¹”

O marco legislativo no Brasil é a Constituição Federal de 1988 que preconiza no *caput* do seu artigo 5º: “**Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (grifo nosso). Assim

¹⁰ Disponível em: <<https://chautabu.buenosaires.gob.ar/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

¹¹ MENDES, Gilmar. A jurisdição constitucional no Brasil e seu significado para a liberdade e a igualdade. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaartigo/discurso/anexo/munster_port.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016. p. 4.

como dispõe no seu art. 3º dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “[...]promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e **quaisquer outras formas de discriminação**” (grifo nosso). Ambos os artigos estabelecem princípios para a dignidade humana e o respeito entre as pessoas.

O Brasil participou da Conferência Mundial de Direitos Humanos que aconteceu em Viena em 1993. Em 1996 lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH I) e com o governo de Fernando Henrique Cardoso cumpriu com recomendação específica da conferência, atribuindo ineditamente aos direitos humanos, o *status* de política pública governamental¹². O objetivo desse programa

[...] elaborado pelo Ministério da Justiça em conjunto com diversas organizações da sociedade civil, é, identificando os principais obstáculos à promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil, eleger prioridades e apresentar propostas concretas de caráter administrativo, legislativo e político-cultural que busquem equacionar os mais graves problemas que hoje impossibilitam ou dificultam a sua plena realização. O PNDH é resultante de um longo e muitas vezes penoso processo de democratização da Sociedade e do Estado brasileiro. (BRASIL, 1996, não paginado).

Em 2004, foi criado o Programa Brasil sem Homofobia decorrente de orientação do Plano Plurianual (PPA), 2004-2007 dentro do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos. O programa tem como princípios e objetivos, a inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos da comunidade LGBTQIA nas políticas públicas, bem como a produção de conhecimento para dar embasamento a elaboração, a implantação e a avaliação de políticas públicas voltadas ao combate à violência e à discriminação por orientação sexual, exigindo um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira¹³.

A elaboração dos PNDH II e III derivou de uma revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos I, juntamente com consulta pública. Em 2009, no lançamento do PNDH III foi estabelecido, na Diretriz 10 - Garantia da igualdade na diversidade, ações programáticas para a garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, como propostas do Objetivo Estratégico V:

¹² BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos I. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/dados/pp/pndh/textointegral.html>>. Acesso em 02 out. 2016.

¹³ CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.p.11-12.

a) Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social. **Responsável:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; b) Apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. **Responsáveis:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça; c) Promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos. **Responsáveis:** Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; d) Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com base na desconstrução da heteronormatividade. **Responsável:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e) Desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais. **Responsável:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. f) Acrescentar campo para informações sobre a identidade de gênero dos pacientes nos prontuários do sistema de saúde. **Responsável:** Ministério da Saúde. g) Fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania daquele segmento em universidades públicas. **Responsável:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; h) Realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais, de renda e conjugais. **Responsável:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (BRASIL, 2009, não paginado, grifo do autor).

Existem apenas vislumbres dessas ações parcialmente cumpridas no Brasil, quando não contrariadas. Quanto a União Civil homoafetiva, o Conselho Nacional de Justiça, depois de anos de pleitos judiciais concedendo ou negando esse direito, aprovou a Resolução nº 175, em maio de 2013¹⁴. Essa lei garantia a habilitação, celebração de casamento civil ou conversão de união estável para casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A garantia do direito a adoção por casais homoafetivos, a ser coordenada pelo Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, enfrenta a possibilidade de um retrocesso frente as suas conquistas no Poder Judiciário.

A PL 6583/2013, também conhecida como o Estatuto da Família, define entidade familiar como “[...] o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher,

¹⁴ Disponível em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/anexos/normatizacao/121__e449581684253cb304bc9aa90bb4ad4a.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.¹⁵” Sabe-se que a adoção por casais ou indivíduo LGBTIA somente é permitido com base no ECA e na necessidade de garantir o direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes. Isso indica que, caso esse projeto seja aprovado, a adoção se restringirá aos únicos núcleos familiares reconhecidos legalmente.

Pertinente ao uso do nome social por travestis e transexuais, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) lançou a portaria de nº 233, em 2010, e assegurou aos servidores públicos federais da administração direta, autárquica ou fundacional, o seu uso no âmbito de suas devidas funções e o que disso acarretava.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, apreciando a Proposição n. 49.0000.2014.001585-2/COP, em 2016, acordou que fosse “[...] estabelecida normatização, [...] para que pessoa travesti ou transexual possam incluir seu nome social nos registros da OAB, na carteira e no cartão profissionais, no portal eletrônico, bem como nos sistemas de cadastro e nas demais hipóteses previstas.”¹⁶ Considerando que a OAB atua como defensora dos Direitos Humanos, apresentando a maior de suas comissões para esse fim, e sua resolução sobre o nome social somente foi tomada no corrente ano, sendo possível vislumbrar o panorama dessas questões nos outros segmentos do país.

O Ministério da Saúde, na Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, já determinava que:

Art. 4º Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos. Parágrafo único. É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, **orientação sexual, identidade de gênero**, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe: I - identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um **campo para se registrar o nome social**, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas; (BRASIL, 2009, não paginado, grifo nosso)

¹⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei PL 6583/2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013>. Acesso em: 10 out. 2016

¹⁶ Disponível em: <<http://s.oab.org.br/arquivos/2016/06/ementa-021-2016-cop-1565402242.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2016.

Quanto à ação programática que propõe a realização de relatórios periódicos de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBTQIA, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), divulgou três (3) relatórios dos anos de 2011, 2012¹⁷ e 2013¹⁸, porém esses eram relatórios da violência homofóbica no Brasil, quando foi recomendado que contivesse também informações sobre inclusão no mercado de trabalho, a saúde integral, , dados populacionais, de renda, entre outras. Os relatórios, até então, elaborados eram monofocais.

Depois da 1ª Conferência Nacional LGBT, em 2008, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Em 13 de Julho de 2012 foi criado, a partir da Portaria nº766 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra LGBT, também cumprindo ação programática do Plano Nacional de Direitos Humanos III, o PNDH III¹⁹.

O Sistema Nacional LGBT visa incentivar a instalação de Conselhos Estaduais, Distritais e Municipais LGBT; coordenadorias e políticas públicas de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT como forma de enfrentamento à violência. Na sua estrutura estão as conferências LGBTQIA, os conselhos, órgãos executores da Política LGBTQIA, Comitê intergestores, Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT – CPDD/LGBT, Comitês de Enfrentamento à LGBTfobia, entre outros²⁰.

A portaria nº 766 também institui o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra LGBT²¹ que tem como elementos constituintes os termos de Cooperação Técnica de Enfrentamento as Homofobias, os Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT e os Comitês de Enfrentamento a Homo-Lesbo-Transfobia. Ocorre que, a princípio ainda faltam estados assinarem o termo de cooperação técnica e a implantação dos centros e comitês e, até 2013, apenas os estados de Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo deram andamento a implantação desses²².

¹⁷ BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: O ano de 2012. Brasília: SEDH, 2013.

¹⁸ BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: O ano de 2013. Brasília: SEDH, 2016.

¹⁹ BRASIL. DECRETO Nº 7.037. Diretriz 10: objetivo estratégico V, alíneas “a”, “g”, “i” e “h”. 2009.

²⁰ BRASIL. Portaria nº 766, de 3 de julho de 2013. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 jul. 2013. Seção 1, p. 2-3.

²¹ Termo constante na redação da portaria citada.

²² Disponível em: <<http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/wp-content/uploads/2014/03/Centros-de-Promo-cao-e-Defesa.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

O governo federal vinha demonstrando compromisso com a proteção dos direitos humanos da comunidade LGBTQIA, mas o desenvolvimento dos projetos depende do empenho local, das prefeituras e governos estaduais, bem como da implementação de políticas públicas e sociais e da elaboração de ações que atendam às necessidades de cada região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Argentina, a meses atrás, em situação econômica e política semelhante a do Brasil²³, demonstra ser possível o desenvolvimento de políticas de combate à discriminação e à violência contra a pessoa LGBTQIA em um ambiente hostil às liberdades. Torna-se pertinente indagar: como a garantia de igualdade entre seres humanos pode ser mitigada pelas relações de afetividade que desenvolve ou pela sua percepção de si mesmo contra um gênero biológico imposto?

O exercício de direitos fundamentais não podem ser controlados pelos nível de aceitação de sua identidade em uma sociedade, não existem categorias hierarquizadas de humanos. Esse é o exemplo da Argentina. Sofrendo crises econômicas e se recuperando em ritmo muito mais lento que o Brasil, sua divisão de poderes e organização da sociedade civil permitiu que os direitos humanos das pessoas LGBTQIA não fossem suprimidos em benefício de outros. A Argentina, apesar das políticas de combate à discriminação e à violência LGBTQIA já implementadas, ainda tem muito a ser realizado e sedimentado nessa área.

As políticas do Brasil são derivadas dos mesmos princípios universais que embasam a Argentina, a aplicabilidade dessas políticas e a morosidade na elaboração e aprovação das mesmas têm colocado o Brasil em posição desprivilegiada quando se trata da garantia dos direitos LGBTQIA e resistir aos retrocessos que ainda existem.

A participação popular é característica constante nas conquistas LGBTQIA da Argentina. No Brasil, a mobilização se dá por meio dos conselhos municipais, deliberando e pautando em todos os ambientes a realidade LGBTQIA. A participação em todos os meios de controle social, inclusive, no orçamento, é a melhor forma de democratização e luta contra as desigualdades.

²³ FRANCO, Ilmar. Brasil e Argentina. Semelhanças e Diferenças. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/panorama-politico/post/brasil-e-argentina-semelhancas-e-diferencas.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

A discriminação e a violência persistem, mas é preciso visualizar os avanços que aconteceram em um curto espaço de tempo e o reconhecimento mundial dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA. É verdade que muitos debates retrógrados ainda ocupam espaço na sociedade. Entretanto, faz-se necessário manter e ampliar o processo de conscientização e educação da população para que não seja aceito nenhuma forma de tratamento desumano com outro indivíduo. Esse processo de conscientização deve ser promovido em todos os âmbitos da sociedades civil, do Estado e seus instrumentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Org.). Cotidiano das escolas: entre violências. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.

ARGENTINA. Ley 26.743. Establécese el derecho a la identidad de género de las personas. Promulgada en Mayo 23 de 2012. Disponível em: <http://www.tgeu.org/sites/default/files/ley_26743.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 91/2016. Portal da Legislação. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos I. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/dados/pp/pndh/textointegral.html>> Acesso em 02 out. 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Portal da Legislação, Brasília, ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm>. Acesso em: 9 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, ago. 2009. In: Saúde Legis – Sistema de Legislação da Saúde. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Gabinete do Ministro. Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010. Brasília, maio 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Portaria nº 766, de 3 de julho de 2013. Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 jul. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei PL 6583/2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoes/Web/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório de violência homofóbica no Brasil: o ano de 2012**. Brasília: SEDH, 2013.

BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório de violência homofóbica no Brasil: o ano de 2013**. Brasília: SEDH, 2016.

FRANCO, Ilmar. Brasil e Argentina. Semelhanças e Diferenças. O Globo, Rio de Janeiro, 24 nov. 2015. Blog Panorama Político. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/panorama-politico/post/brasil-e-argentina-semelhancas-e-diferencas.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GUIA AGENTES DA CIDADANIA LGBT. Curitiba: Centro Paranaense de Cidadania. 2015.

HACIA UN PLAN NACIONAL CONTRA LA DISCRIMINACIÓN: la discriminación en Argentina. 1a ed. Buenos Aires: Inadi, 2005. Disponível em: <http://www.conapred.org.mx/documentos_cedoc/Plan_Nacional_contra_la_Discriminacion%20Argentina-1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

MENDES, Gilmar. **A jurisdição constitucional no Brasil e seu significado para a liberdade e a igualdade**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaartigo/discursos/anexo/munster_port.pdf>. Acesso em: 17. jun. 2016.

MOURATIAN, Pedro. Mapa Nacional da la Discriminación 2013. Buenos Aires. Inadi, 2013. Disponível em: <<http://www.inadi.gob.ar/mapa-discriminacion/documentos/mapa-buenos-aires.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2016.

MUNDO AFORA. Políticas de combate à violência e à discriminação contra pessoas LGBT. Brasília: Ministério das Relações exteriores, Itamaraty, v. 12, 2015.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Opção ou orientação sexual: onde reside a homossexualidade? In: Simpósio Internacional de Educação Sexual. **Anais...** Maringá-PR: 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

UNITED NATIONS. **Nascidos livres e iguais**: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos. Genebra, 2013. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.